

Formação Inicial de Guardas Civis na Visão de Instrutores da Academia de Formação em Segurança Urbana de São Paulo

Roberto de Jesus Dias¹

Rodnei Pereira²

Danila Maria Nascimento³

Virgílio Lisboa do Val⁴

Resumo

O artigo apresenta resultados de pesquisa que analisou a formação inicial de profissionais ingressantes da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. Metodologicamente, optou-se pela análise documental e pela coleta, categorização e análise de dados em nove entrevistas semiestruturadas com instrutores que atuam na Academia de Formação em Segurança Urbana (AFSU). Os resultados apontam que a formação inicial apresenta desenho alinhado com as orientações exaradas em nível nacional e que, na percepção dos entrevistados, é suficiente para promover a integração dos profissionais à corporação, forjando os elementos centrais da identidade do guarda civil e atendendo aos principais desafios do início da carreira. Também na percepção dos instrutores, os ingressantes demonstram aceitação e satisfação com a formação recebida. Como limites do processo de

-
- 1 Subinspetor na Guarda Civil Metropolitana de São Paulo e mestre em Formação de Gestores Educacionais pela Universidade Cidade de São Paulo - Unicid. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2264196829670309>.
 - 2 Pesquisador da Fundação Carlos Chagas, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais da Universidade Cidade de São Paulo - Unicid. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9686240723754379>.
 - 3 Professora no Centro de Educação Tecnológica Paula Souza e Mestra em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo - Unicid. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0641870175774829>.
 - 4 Diretor Escolar vinculado ao Departamento Regional do SESI - Rio de Janeiro, professor na rede estadual fluminense e doutorando em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo - Unicid. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8968131748820412>

implementação, os entrevistados apontam insuficiências na infraestrutura física e pedagógica da AFSU e nas condições de trabalho dos instrutores.

Palavras-chave: Guarda Civil Metropolitana; Formação; Implementação; Segurança Pública.

1. Introdução

As Guardas Municipais no Brasil têm um papel importante dentro do contexto da Segurança Pública e Segurança Urbana. No período de 2020 a 2022, o número de cidades brasileiras com Guardas Municipais instituídas cresceu 5,7%, saindo de 1.188 municípios para 1.256, de acordo com dados atualizados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (FENAGUARDAS, 2022). Tal crescimento guarda relação com o processo de reordenamento das políticas de segurança pública e de segurança urbana, sobretudo a partir da institucionalização do fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP (BRASIL, 2018), que visa integrar o papel de cada ente federado na estrutura de segurança do país. Diante desse cenário, apenas o estado do Acre e o Distrito Federal não possuem nenhum município com Guarda Municipal (FENAGUARDAS, 2022).

Dentre as 1.256 Guardas Municipais que existem no Brasil, destacamos a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo (GCM-SP), uma instituição de natureza permanente, uniformizada e armada, que faz parte da estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, sendo o principal órgão de execução da política municipal de segurança no município (SÃO PAULO, 2009). A atuação da GCM-SP tem por objetivo a proteção e a vigilância dos bens, serviços e instalações municipais, bem como a colaboração na segurança pública.

Vale lembrar que as políticas públicas de segurança pública e de segurança urbana são investimentos estatais dedicados à gestão da vida comum e são produzidas numa arena de conflitos e tensões entre a função repressora, a função cuidadora-protetiva e a função educativo-pedagógica do estado. Tais tensões ampliam a complexidade do exercício cotidiano do trabalho de segurança pública e, por isso, convocam um processo intencional e permanente de formação dos seus agentes implementadores (SANTOS; DIAS, 2021). O aprimoramento desses processos de formação impõe o aprofundamento de pesquisas que possam se debruçar sobre a experiência já existente em diferentes localidades e contextos a fim de descrever sua composição, identificar quais são suas potencialidades e limites, além de sugerir rotas de aprimoramento.

O presente artigo pretende contribuir para a superação desta lacuna e apresenta resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Formação de Gestores da Universidade Cidade de São Paulo – Unucid. O objetivo central da investigação foi analisar o processo de formação inicial dos guardas civis metropolitanos de São Paulo, considerando suas características, potencialidades, limites e resultados, buscando sistematizar recomendações para sua melhoria contínua.

No aspecto metodológico, a pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa, pautando-se por três etapas: a) coleta, sistematização e análise de dados a respeito da caracterização do programa de formação inicial dos agentes da GCM-SP e a atuação da Academia de Formação em Segurança Urbana e de sua evolução normativa; b) coleta, sistematização e análise de resultados de pesquisas científicas que se debruçaram sobre diferentes aspectos e características de programas semelhantes e que foram comunicadas na forma de artigos científicos, publicados em periódicos revisados por pares e na forma de teses e dissertações e c) coleta, sistematização e análise de dados sobre a percepção de nove agentes que atuam como instrutores no curso de formação inicial a respeito das características do programa de formação inicial oferecido pela AFSU, de suas potencialidades, de seus resultados e de seus principais desafios cotidianos.

Além desta introdução, o artigo está organizado em uma seção de desenvolvimento, organizada em três partes e uma seção dedicada às considerações finais. Na seção de desenvolvimento, as três partes apresentadas são as seguintes: a) Revisão de literatura em estudos correlatos; b) A AFSU e o Curso de Formação Inicial; e c) Percepções dos instrutores a respeito do Curso de Formação Inicial da AFSU.

2. Desenvolvimento

Revisão de literatura em estudos correlatos

Em dezembro de 2021, realizou-se uma busca de produções científicas em programas de pós-graduação na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Inicialmente, buscou-se pelo par de expressões “guarda civil” e “formação”, acolhendo a busca para todos os campos e sem delimitar marco temporal específico. O resultado desta busca na BDTD explicitou três trabalhos. Em uma nova pesquisa, realizamos a busca apenas pela expressão “guarda civil”. O resultado desta segunda pesquisa explicitou 12 registros. Concluída a leitura dos respectivos resumos, foram identificadas diferenças temáticas importantes: oito documentos, entre dissertações e teses, tratavam de aspectos relativos aos

procedimentos operacionais, saúde dos servidores, programas de patrulhamento municipalizado e história de instituições policiais. Como esses trabalhos se afastavam do campo temático da investigação, eles foram excluídos da análise. Os demais (quatro ao todo), aproximaram-se da temática dos processos de formação inicial dos profissionais da Guarda Civil e da atuação da Academia de Formação em Segurança Urbana do município de São Paulo. Todos os 12 registros são apresentados no quadro a seguir, com destaque para os quatro selecionados para análise.

Tabela 1 – Teses e Dissertações localizadas na BDTD

AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	ANO	ANÁLISE
UZÉDA, Jorge Almeida.	O Aguceiro da Modernidade na Cidade do Salvador 1935- 1945.	UFBA	2006	NÃO
PELLINI, Maria Cristina B. Maciel.	Indicadores do Método de Rorschach para Avaliação da Maturidade Emocional para porte de arma de fogo.	USP	2006	NÃO
SILVA, Marcelo Carneiro da.	Efeito da Suplementação Calórico-Protéica no Sistema Imunológico de Homens Integrantes do Grupamento Ciclístico da Guarda Civil Municipal de Piracicaba.	USP	2006	NÃO
OLIVEIRA, Washington Alves.	Construção de Rotas para Patrulhamento Urbano Preventivo.	Unicamp	2008	NÃO
ALMEIDA, Jeane dos Santos.	O Uso Das Tecnologias da Informação e Comunicação no Campo Operacional da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, Desafios à Gestão de Pessoas.	Universidade Metodista de São Paulo	2009	SIM
ELIAS, Evian e JÁBALI JUNIOR, Paulo.	Formação da Guarda Civil Metropolitana face ao papel do Município na Segurança Urbana.	EAESS/FGV	2013	SIM
PIMENTA, Melissa Rafaela Costa.	A Política Pública de Segurança em Mossoró-RN: Uma Avaliação de Processo da Implantação da Guarda Civil.	UFRN	2014	SIM
NASCIMENTO, Gabriel dos Santos.	A Polícia em Guerra: a ditadura e a Polícia Militar em São Paulo (1964-1982).	UNIFESP	2016	NÃO
SILVA, Fabian de Souza.	Fatores de Permanência na Carreira Policial: Um Estudo entre os Profissionais da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.	Universidade Metodista de São Paulo	2017	SIM
SOUZA, Ronaldo Gomes.	Gênero, Sofrimento e Virilidade: Psicodinâmica do Adoecimento no Trabalho dos Guardas Civis Metropolitanos de Goiânia.	UnB	2017	NÃO
SILVEIRA, Pedro Paludetto.	A Percepção da Paisagem Cultural das Praças em Centros Históricos: Uma Análise Dialógica da Praça Roosevelt em São Paulo-SP.	UNESP	2018	NÃO
GARCIA, Felipe Ramos.	Esquerda Policial e Ação Política em São Paulo (1946-1964).	UNESP	2019	NÃO

Fonte: Elaboração própria

A primeira dissertação analisada é a de Jeane dos Santos Almeida. O objetivo geral do trabalho foi realizar um estudo exploratório sobre a experiência de implantação de um sistema digital de segurança. O estudo teve como lócus a Guarda Civil Metropolitana do município de São Paulo, tendo como parâmetro analítico o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no campo operacional da instituição. A autora apresenta as deficiências apontadas nos sistemas de segurança pública, e argumenta que a falta de tecnologias para disseminação e compartilhamento das informações é a principal delas. Argumenta, ainda, que o surgimento de novos paradigmas da produção e do conhecimento, fruto da “era da tecnologia da informação”, enseja uma grande oportunidade de integração entre os órgãos de Segurança Pública. (ALMEIDA, 2009).

Os resultados do trabalho de investigação sinalizam que urge investimentos em Tecnologias da Informação e Comunicação, objetivando a integração e a interoperabilidade das organizações de Segurança Pública. Os resultados também confirmaram os achados em pesquisas e estudos sobre a violência urbana que apontam que só os investimentos na estrutura técnica, em pessoal, em gestão de segurança, chamada política de combate à violência e à criminalidade, não resolve (ALMEIDA, 2009).

A segunda dissertação que analisamos é de autoria de Evian Elias e Paulo Jábali Junior. O objetivo geral do trabalho foi analisar o programa de formação oferecido pelo antigo Centro de Formação em Segurança Urbana (CFSU) que, a partir do Decreto Municipal nº 58.199, de 18 de abril de 2018, passou a se chamar de Academia de Formação em Segurança Urbana (AFSU). A investigação foi realizada por meio de análise do currículo do Estágio de Qualificação Profissional - EQP, destacando o conteúdo programático, metodologia das aulas, corpo docente, avaliações dos alunos e professores, administração do curso e as instalações do Centro de Formação. Dessa maneira, foi possível constatar melhorias a serem feitas nesses diferentes quesitos e, por meio disso, elaborou-se um novo modelo de Estágio de Qualificação Profissional, orientado para uma atuação focada na prevenção e no caráter comunitário da Guarda Civil Metropolitana (ELIAS; JUNIOR, 2013).

Os resultados do trabalho de investigação sinalizaram que é preciso implementar um novo modelo de Estágio de Qualificação Profissional, com novos instrutores trazendo conteúdos atualizados, parceria com universidades para realização de disciplinas fora da AFSU, mas sob os preceitos por ele definidos. Também indicam a necessidade de alteração na didática em sala de aula e melhorias na infraestrutura. Sobretudo, o conteúdo do curso precisaria ser alterado para explorar a filosofia preventiva e comunitária, que consta como meta do poder público municipal (ELIAS; JÁBALI JUNIOR, 2013).

A terceira dissertação que analisamos é de autoria de Melissa Rafaela Costa Pimenta. O objetivo geral do trabalho foi avaliar a política pública de segurança existente no município de Mossoró pelos elementos que facilitam e/ou dificultam sua implementação, através das ações do poder público municipal nas atividades da Guarda Civil de Mossoró (GCM). Do ponto de vista metodológico, a autora utilizou da pesquisa qualitativa e exploratória para fazer um resgate sobre a história da segurança pública no município de Mossoró, descrevendo os processos de formação da GCM, identificando as principais ações, projetos e programas desenvolvidos pela GCM e sua integração com as demais instituições de segurança pública e com a comunidade.

Utilizando-se de procedimentos de análise documental, em registros disponíveis em atas, relatórios, fotografias e legislação, a autora descreve e analisa o processo de formação da guarda, as iniciativas de inovação administrativa e operacional e discute os resultados dessas ações, no quadro das interações entre a política nacional de segurança pública e das políticas de segurança do/no município (PIMENTA, 2014).

Os resultados do trabalho de investigação sinalizam que a implementação da GCM de Mossoró conseguiu desencadear um processo de abertura para a construção de uma política de segurança municipal. A pesquisa também sinalizou convergência e alinhamento entre o nível nacional e o nível local, no processo de planejamento e execução das ações em segurança pública, bem como a aproximação do governo municipal com as demais instituições de segurança que atuam no município e com a comunidade local (PIMENTA, 2014).

A quarta dissertação que analisamos é de autoria de Fabian de Souza Silva, defendida no ano 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Metodista de São Paulo, no município de São Bernardo do Campo. O objetivo geral do trabalho foi estudar os fatores que motivam a permanência dos servidores da segurança pública, tendo como recorte para este estudo a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.

Do ponto de vista da metodologia, o autor utiliza-se da abordagem quantitativa a partir dos seguintes constructos: escala de percepção de sucesso na carreira, escala de entrincheiramento organizacional, escala de comprometimento organizacional afetivo e, por fim, duas variáveis independentes para avaliar a intenção de permanência na organização. Com estatísticas descritivas, categorização e correlações, foram identificadas características distintas entre os profissionais novos e os mais experientes na corporação, bem como relações entre esses constructos e a intenção de permanecer na carreira (SILVA, 2017). A pesquisa

demonstrou, pela amostra de 116 participantes, que existem três fortes eixos populacionais na GCM-SP: os que passaram a fazer parte da fundação da instituição no ano de 1996; a parcela de componentes da GCM-SP que passou a fazer parte da corporação entre os anos de 2001 e 2004; e os considerados novatos, que adentraram à instituição há menos de dez anos

O autor conclui que os fatores que influenciam a permanência na carreira policial são: o comprometimento organizacional afetivo e o entrenchamento ocasionado por investimentos na carreira e custos emocionais (SILVA, 2017). Os resultados do trabalho de investigação sinalizam a necessidade de ampliar e aprimorar ações de gestão de pessoas na segurança pública, sobretudo com foco na antecipação e mitigação dos fatores que podem produzir desengajamento e comprometimento dos profissionais. Essas ações devem levar em conta os contextos e especificidades da carreira, como por exemplo, a exposição permanente ao risco e a situações-limite de estresse e desgaste emocional cotidianas, com elevada propensão ao adoecimento psíquico.

Concluída a etapa de busca e análise de teses e dissertações, procedeu-se a busca por artigos científicos, publicados em periódicos acadêmicos classificados e disponíveis na plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES). Buscou-se o par de expressões “guarda civil” e “formação”. O resultado desta busca explicitou cinco trabalhos e aqueles que guardam relação mais explícita com a investigação proposta estão destacados no quadro a seguir:

Tabela 2 – Artigos localizados nos portais de periódicos

AUTOR	TÍTULO	REVISTA	ANO
Joana Domingues Vargas.	As Guardas Municipais no Brasil: Um modelo de Análise.	Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.	2010
Rosemary de Oliveira Almeida.	Formação da Guarda Municipal: Uma aventura.	Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.	2011
SILVA, Fabian de Souza.	Fatores de Permanência na Carreira Policial: Um Estudo entre os Profissionais da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.	RGO. Revista de Gestão Organizacional (Uno Chapecó. Impreso).	2019

Fonte: Elaboração própria

O primeiro artigo científico que analisamos é de autoria de Joana Domingues Vargas, com o título “As guardas municipais no Brasil: Um modelo de análise”. O objetivo geral do trabalho foi elaborar, com base em pesquisa, um modelo de

análise que permita verificar o quanto os projetos de funcionamento das Guardas Municipais no Brasil oscilam entre restringir-se ao seu mandato constitucional e o extravasar, e, nesse mesmo movimento, identificar que direção esses projetos estão tomando e se estão levando à constituição, ou não, de uma cultura organizacional própria.

Do ponto de vista metodológico, a autora lançou-se ao campo da pesquisa documental, analisando normativos legais, documentos oficiais e pesquisas que abordam as competências das Guardas Municipais, trazendo, em considerações empíricas, comentários acerca das características de três tipos de estrutura de policiamento e de estilo ou perfis de atuação das Guardas: Polícia Municipal; Polícia Comunitária e Guarda Patrimonial.

Os resultados do trabalho de investigação sinalizam que ainda é prematuro falarmos de inovações efetivas no modelo adotado nessa instituição. Mas, a partir da análise proposta, são apresentadas algumas indicações sobre para onde as guardas municipais estão se dirigindo. Verificou-se, ainda, o esforço que tem sido empreendido por parte dos gestores para atribuir ao guarda uma identidade, de maneira a diferenciá-lo de outros agentes, especialmente das polícias militares. Mas a identidade atribuída de protetor do serviço e do usuário do próprio municipal, ainda que presente no discurso do guarda, ainda enfrenta dificuldade, na prática, quando confrontada a situações complexas e, para a qual, esta cultura organizacional, ainda se encontra fragilmente institucionalizada.

O segundo artigo científico analisado é de autoria de Rosemary de Oliveira Almeida, com o título “Formação da Guarda Municipal: Uma aventura”.

O objetivo geral do trabalho é apresentar resultados de investigação com foco na análise do processo de formação, identificação e papel das Guardas Municipais, à luz da experiência do Curso de Formação da Guarda Municipal de Fortaleza, realizado em 2008. Do ponto de vista metodológico, a autora utiliza-se do método qualitativo e análise documental com base nos diálogos e discursos de sala de aula sobre temas como cidade e cidadania, direitos humanos, violência e seus enfrentamentos, municipalização da Segurança Pública e seu papel, conflitos e desafios das Guardas Municipais, além de depoimentos sobre experiências, dúvidas, incertezas e perspectivas da existência institucional na prestação de serviço de segurança aos cidadãos e proteção dos bens, serviços e instalações da cidade, assim como colaborar com as outras instituições de segurança pública e proteção social.

A autora assinala que a formação é um processo complexo, que se materializa não apenas nas corporaturas formais e legais (estatutos, técnicas, regras

e convenções proporcionalmente ordenados e seguros) como também trata na informalidade, com a emergência e o tratamento de aspectos próprios das representações e práticas existentes no cotidiano complexo e inseguro da cidade-metrópole. A autora também afirma que, além da formação e qualificação das Guardas Municipais, é de suma importância a efetivação de segurança jurídica que justifique e fomentem o debate sobre sua existência, competência e adequação, pois a experiência das guardas municipais que se deparam com a falta de identificação precisa de seu trabalho, tornando complexa e imprecisa sua experiência na política de Segurança Pública Nacional.

O terceiro artigo científico é de autoria de Fabian de Souza Silva e deriva da dissertação já analisada no tópico anterior e apenas recupera os principais elementos metodológicos e as conclusões alcançadas, motivo pelo qual dispensamos repetir a análise que já apresentamos.

A AFSU-SP e o Curso de Formação Inicial para profissionais da Guarda Civil

A Constituição Federal de 1988 explicita as formas de organização e composição da ação do Estado para a garantia da segurança pública, como direito individual e social. Tal explicitação consta do Título V – Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Nesse Título de nossa Carta Magna, encontramos três capítulos: Capítulo I: Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio; Capítulo II: Das Forças Armadas e, finalmente, Capítulo III – Da Segurança Pública (BRASIL, 1988).

O Capítulo III – Da Segurança Pública – é composto de um único artigo (artigo 144), cujo caput afirma que “a segurança pública, dever do estado e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (grifos nossos) (BRASIL, p 90, 1988).

Um primeiro destaque no texto do Artigo 144 diz respeito à visão da segurança pública como responsabilidade de todos. Isso significa que a construção de uma sociedade na qual o direito à segurança seja efetivamente garantido exige um compromisso cotidiano de todas as pessoas e instituições sociais. Essa visão é combinada à definição do Estado como o titular do dever de produzir a segurança pública. Assim, Estado e sociedade são coprodutores de segurança pública.

O segundo destaque do texto diz respeito à finalidade das ações de segurança pública: preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Sobre o conceito de ordem pública, os pesquisadores do campo do direito sinalizam que há ambiguidades e imprecisões em sua definição.

“a ideia de ‘ordem pública’, longe de representar um conceito que pode ser corretamente delimitado, constitui um recurso retórico do legislador, utilizado com o objetivo de superar a rigidez tipificadora da dogmática jurídica”. E, ainda conforme o autor, “sua mobilização para sustentar as ações de segurança pública deve estar atenta aos riscos dessa ambiguidade e imprecisão, pois a expressão “ordem pública”, na maior parte das vezes, é ‘estereotipada, portadora de evidente carga emocional, cujo significado real depende de fungíveis conteúdos axiológicos ou ideológicos” (GOMES FILHO, 1991)

No texto original, promulgado em 1988, o artigo 144 da Constituição Federal estabelecia os órgãos de Estado responsáveis pela garantia da segurança pública como um direito de todos. Eram eles a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias civis dos estados e do Distrito Federal, as polícias militares e corpos de bombeiros, também ligados aos governos estaduais e do Distrito Federal. O §8º do artigo 144 faculta aos municípios a criação de Guardas Municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Em 2014, disciplinando o §8º da CF/88, foi sancionada a Lei Federal nº 13.022, que norteia as ações e atividades institucionais das Guardas Municipais no Brasil enquanto instituições criadas e mantidas pelos municípios que, além disso, fazem parte do rol de instituições que compõem as forças de segurança pública do Estado brasileiro. O artigo 2º deste diploma legal estabelece uma caracterização específica para essas corporações: são instituições de caráter civil, portanto, não militar, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Importa asseverar que, antes da promulgação da Lei Federal 13.022/14, já existiam inúmeras experiências de Guardas Civas Municipais em todo o Brasil. As experiências específicas em cada município, anteriores à Lei, produziram estruturas e regimes de funcionamento diversificados, o que refletiu nessa diversidade de manifestações da cultura profissional nas corporações.

Também é anterior à Lei 13.022/14 a criação da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. Suas normas e regimes de funcionamento, estabelecidos em legislação municipal produzida ao longo da segunda metade do século XX, têm sido progressivamente revistas. Atualmente, a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo é parte da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, com base no Decreto Municipal Nº 58.199, de 16 de abril de 2018. No organograma institucional, o Comando da GCM ocupa posição equivalente de coordenação:

Quadro 3 – Organograma da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (simplificado)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA - SMSU	
Gabinete do Secretário	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
	Coordenação de Administração e Finanças
	Coordenação de Tecnologia e Infraestrutura
	Coordenação de Políticas Integradas e Parceria
	Coordenação Municipal de Defesa Civil
	Coordenação das Juntas de Serviço Militar
	Comando da Guarda Civil Metropolitana
	Corregedoria Geral da Guarda Civil Metropolitana
	Ouvidoria

Fonte: Elaboração própria, com base no Decreto Municipal nº 58.199/18

Internamente, a Guarda Civil Metropolitana tem uma estrutura de liderança de primeiro escalão organizada a partir do Subcomando da Guarda Civil Metropolitana (SCMDO) que responde por três superintendências: a) Superintendência de Operações (SOP); b) Superintendência de Ações Ambientais e Especializadas (SAE); e c) Superintendência de Planejamento (SUPLAN). Com localização hierárquica equivalente às superintendências, está a Academia de Formação em Segurança Urbana (AFSU).

Em nível hierárquico distinto, mas respondendo diretamente ao Subcomandante, existem quatro divisões e uma Inspeção: Divisão de Identificação Funcional (DIP), Divisão de Disciplina (DDIS), Divisão de Inteligência (DINT), Divisão de Arsenal e Equipamentos (DAE) e Inspeção de Defesa da Mulher e Ações Comunitárias (IDMAS).

A Academia de Formação em Segurança Urbana Cel. PM. Pardilan Goyano está situada na Av. Ariston Azevedo, 64 - Belenzinho, São Paulo - SP, CEP 03021-020. É um estabelecimento de ensino, de regime especial, destinado a promover ao educando a formação, a capacitação, o aperfeiçoamento, a atualização, a reeducação e a especialização, potencializando aptidões profissionais voltadas à garantia da dignidade, das liberdades e dos direitos fundamentais da pessoa humana (SMSU, 2018).

A Academia foi criada como Diretoria de Ensino, em 21 de março de 1986 (Decreto nº 22.047) e, em 06 de julho de 2000, transformou-se em Departamento de Ensino e Pesquisa (Decreto nº 39.595). Com o advento da Lei Municipal nº 13.396, de 26 de julho de 2002, teve sua denominação alterada para Centro de

Formação em Segurança Urbana e, mais recentemente, Academia de Formação em Segurança Urbana. Essa mudança de nomenclatura aconteceu por força do Decreto Municipal nº 58.199, de 18/04/2018, que reorganizou a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) e trouxe mais eficiência e qualidade ao serviço da GCM.

Para alcançar seus objetivos, a Academia de Formação se organizou em quatro divisões específicas (decreto nº 50.945, de 26 de outubro de 2009), sendo elas: Divisão de Gestão Educacional (DCE); Divisão de Formação Profissional (DFP); Divisão de Gestão Operacional (DGO) e Divisão de Esporte e Cultura (DEC). Os cursos promovidos pela Academia de Formação em Segurança Urbana têm como referência a Matriz Curricular Nacional para as Guardas Municipais da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, convergindo em três tipos:

- I. Curso para Formação: consiste em atividades de ensino que forneçam conhecimentos técnicos gerais, indispensáveis para o exercício de cargo, destinada aos candidatos que ingressam na Guarda Civil Metropolitana (Lei nº 13.401, de 1º de agosto de 2002);
- II. Curso de Atualização: destinado à atualização permanente dos Guardas Civis Metropolitanos, em áreas e assuntos específicos, visando suprir de imediato as necessidades das Instituições, bem como ampliar o nível de conhecimentos obtidos em outros cursos (Portaria 25/10 – SMSU);
- III. Curso de Aperfeiçoamento: visa atualizar e ampliar o nível de conhecimentos técnico-profissionais necessários ao exercício e desempenho de funções próprias dos postos superiores e graduações específicas da Corporação (Portaria 25/10 – SMSU).

Nossa investigação concentra-se no Curso de Formação Inicial. Trata-se de uma obrigação estabelecida pela Legislação Federal (Lei 13.675/2018), que assevera ser responsabilidade de cada corporação o planejamento e realização de cursos de capacitação dessa natureza, com carga horária total mínima de seiscentas horas, destinados à inserção consistente do novo profissional no ofício. A base para o desenho dessa formação deve ser a Matriz Curricular Nacional.

No processo de pesquisa, identificamos que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana estabeleceu as regras dessa formação, em vista da previsão da Portaria 274/SMSU/GAB/2012, em um documento intitulado Estrutura Curricular do Curso de Formação Específica de Capacitação para GCM 3ª Classe.

O programa está estabelecido em um total de 680 horas, divididas em dez matérias (termo utilizado no próprio documento):

- O Município e a Segurança Pública (124 h/a);
- Direito (42 h/a);
- Direitos Humanos e Cidadania (128 h/a);
- Programas Prioritários da GCM-SP (60 h/a);
- Técnicas de Redação Oficial (20 h/a);
- Legislação de Trânsito (18 h/a);
- Instrução Operacional (128 h/a);
- Atendimentos Emergenciais (28 h/a);
- Tiro Defensivo e Proteção à Vida (68 h/a);
- Capacitação Física (44 h/a) e
- Palestras e Visitas (20 h/a).

Percepções dos instrutores a respeito do Curso de Formação Inicial da AFSU

O processo de coleta de dados relativos à percepção dos instrutores que atuam no Curso de Formação Inicial sobre suas características, limites e possibilidades foi estruturado a partir da elaboração de um roteiro de entrevista semiestruturada, composto por seis dimensões: a) identificação do respondente e perfil sociodemográfico (07 questões); b) trajetória profissional na Guarda Civil Metropolitana (04 questões); c) acesso à função de instrutor e atividades desenvolvidas como instrutor (07 questões); d) percepções sobre o curso de formação inicial (09 questões); e) percepções sobre a relação entre a formação inicial oferecida e o início na profissão (03 questões); f) sugestões e recomendações para a melhoria do curso de formação inicial (01 questão).

Após validação do instrumento em pré-teste, foram conduzidas nove entrevistas:

Quadro 4 – Relação de agentes entrevistados

IDENTIFICAÇÃO	GÊNERO E IDADE	CARGO/PATENTE	TURMAS DE ATUAÇÃO
AGENTE 1	Feminino - 50 Anos	GCM - Subinspetora	LXII, LXIII e LXIV
AGENTE 2	Feminino - 47 Anos	GCM - Subinspetora	LXII, LXIII e LXIV
AGENTE 3	Feminino - 40 Anos	GCM – Classe Especial	LXII, LXIII e LXIV
AGENTE 4	Masculino - 52 Anos	GCM – Subinspetor	LXII, LXIII e LXIV

continua...

IDENTIFICAÇÃO	GÊNERO E IDADE	CARGO/PATENTE	TURMAS DE ATUAÇÃO
AGENTE 5	Masculino - 51 Anos	GCM – Subinspetor	LXII, LXIII e LXIV
AGENTE 6	Masculino - 57 Anos	GCM – Subinspetor	LXII, LXIII e LXIV
AGENTE 7	Masculino - 56 Anos	GCM - Subinspetor	LXII, LXIII e LXIV
AGENTE 8	Masculino - 44 Anos	GCM – Classe Especial	LXII, LXIII e LXIV
AGENTE 9	Masculino - 47 Anos	GCM – Classe Especial	LXII, LXIII e LXIV

Fonte: Elaborado pelo autor

Três dos agentes declararam que seu interesse em compor a corporação estava relacionado à identificação subjetiva com a missão da Guarda Civil Metropolitana e que essa foi a principal motivação para prestar o concurso. Os outros seis entrevistados afirmaram que a decisão de prestar o concurso não esteve vinculada, a priori, com a missão da GCM e sim à busca de estabilidade profissional e à indicação de terceiros, que já atuavam como guardas civis.

Essa decisão, ela veio, pois houve um período, quando ainda estava na área da Saúde em que fiquei parado, né, vamos dizer assim, sem estar na ativa; foi quando eu vi uma viatura da Guarda em frente à minha residência, próxima a um colégio que ficava, também, em frente à minha residência. Eu me encantei pela postura, pela forma que se posicionou, segundo o que me lembro! Era a antiga Romu, e aquilo me chamou a atenção para que eu viesse a prestar um concurso para a Guarda Civil. (Agente-7)

A decisão foi tomada na época em que eu trabalhava no escritório de contabilidade. O meu salário era pouco pra estar ajudando nas despesas da minha casa; meu pai estava desempregado, e, por coincidência, tinha uma Inspeção da Guarda Civil na esquina do escritório em que eu trabalhava, e os guardas foram sempre muito solícitos, muito simpáticos. Eu atravessava a rua todos os dias, e eles me ajudavam ali a atravessar. Eu fazia concursos públicos, porque eu estava em busca de estabilidade. Um guarda civil, hoje ele é o Subinspetor Aparecido, ele falou pra mim: “Você tem perfil, por que que não ingressa na Guarda Civil Metropolitana? Está para abrir um concurso.”, e assim eu fiz e estou aqui na Guarda Civil Metropolitana, graças a Deus em primeiro lugar, e ao apoio do Subinspetor. (Agente-3)

Tornar-se instrutor na AFSU, para a quase totalidade dos entrevistados, foi resultado de um acúmulo de experiências em diferentes setores/inspeções e ao fato de terem sido percebidos, por instrutores mais experientes, como potenciais quadros capazes de desempenhar a função:

Eu só tive essa certeza após o convite. Eu fiquei balançado, não é!? Não me senti capaz desse feito, de ser um Instrutor da Academia de Formação. O Inspetor Superintendente

Conradin me fez esse convite. Na ocasião, ele e o Inspetor Superintendente Pedro me falaram: "Você vai fazer um curso de Instrutor; se você, após esse curso, decidir dar aula, você é bem-vindo!", então foi isso que aconteceu. Aí eu aceitei fazer o curso de Instrutor e, após o curso de Instrutor em Treinamento, eu tomei a decisão de que, poderia, sim, auxiliar nos trabalhos lá na Academia de Formação. (Agente-8)

Foi no ano de maio de 2011, entre os dias três, quatro e cinco de maio. Eu vim a convite do Inspetor Figueiredo, para nós montarmos o cronograma de aula para o curso de Classe Distinta e o curso de Qualificação Profissional, em que já temos o guarda pronto, mas que vem aqui fazer uma reciclagem, e esse curso durava em torno de uma ou duas semanas, então nós montamos um novo cronograma de aula, né, com novas matérias e reciclando o que eles já haviam aprendido na Formação, e esse curso me possibilitou, me abriu portas, porque mostrou meu potencial, por meio do qual pude desenvolver o meu trabalho; a didática é a do nosso serviço, das nossas matérias aqui, explicar de forma adequada com pouco termo técnico para o guarda, para que ele ficasse suprido de conhecimento para trabalhar na rua de uma forma adequada e não causar transtornos à vítima, ao transeunte ou ao munícipe que ele estava atendendo no momento. (Agente-2)

Os agentes entrevistados tiveram seu primeiro contato com a função de instrutor no período entre 1992 e 2014. Entre os nove agentes entrevistados, somente dois iniciaram na função de instrutor com menos de cinco anos na carreira.

Sobre as características do curso de formação inicial, os agentes afirmam que ele tem por finalidade contribuir com o conhecimento técnico profissional do aluno-guarda, preparando-o para que possam entender a função do guarda municipal na política pública de segurança. Além disso, trata-se de moldar uma espécie de identidade profissional, que transforme o "paisano" em agente da segurança urbana:

O curso de Formação, ele tem por obrigação contribuir com todo o conhecimento do guarda, preparar o guarda para todas as ocorrências, todas as intempéries de rua, todos os transtornos que ele venha a sofrer numa ocorrência, num trabalho ordinário ou no serviço DEAC. Então nós preparamos o guarda com conhecimento suficiente para que ele atue na rua de forma adequada, agindo dentro da lei com conhecimento técnico, fazendo tudo de forma correta para que não acarrete prejuízo para a carreira dele e nem para o seu lado pessoal. (Agente-2)

A finalidade do curso de Formação, eu acho, é, nestas palavras: o paisano entrar aqui na Instituição e saber o que é a Instituição, saber que ele vai precisar mudar a sua postura, mudar o seu linguajar, mudar totalmente a sua visão, o seu comportamento anterior, e, também, no pós-Guarda Civil. Questões de opinião, questões de se falar com o público, atender o público, pessoas especiais, a abordagem é outro comportamento, você sente

virar uma chavinha, você sai daquela parte paisana e passa para o outro lado, o lado da lei, o lado em que você aplica de fato o que é correto, eu acho que a finalidade dele é esta: é você moldar uma pessoa para se tornar guarda, para exercer, na verdade, a função policial, é mudar mesmo, é mudar os costumes, os modos, porque, quando você vira policial, é outra vida, é outro tipo de comportamento, você não tem mais nada do que era depois que entra aqui; então a finalidade do curso é essa, eu acho. (Agente-3)

Os entrevistados asseguram que as principais qualidades do curso de formação inicial são a flexibilização com que ele se apresenta, com a possibilidade de adaptações e ajustes a cada turma, considerando o tempo de planejamento e execução, conforme as diretrizes e expectativas da gestão superior, conjunturas específicas próprias da sociedade, entre outros fatores. O currículo de formação acolhe a dinâmica própria de cada contexto de tempo e espaço, à luz das diretrizes propostas na Matriz Curricular Nacional para a Formação de Guardas Municipais:

As principais qualidades do Curso é que ele se molda conforme o tempo, conforme a gestão, conforme o que está se passando, o curso, ele não é uma coisa estática, o currículo, ele não é estático, ele não é o mesmo currículo de 10 anos atrás, ele não é o mesmo currículo de quando eu entrei na Instituição. Então, o currículo, ele se adequa à situação atual, então, hoje nós temos aí no currículo a questão de gênero, nós temos aí no currículo a questão de informática; noções de informática, hoje, nós utilizamos celulares e tablets para fazer nossos documentos, então é o currículo, a qualidade do currículo é esse da Formação, ela vai se adequando conforme a época, aí, para estar atendendo, da melhor maneira, a população. (Agente-3)

Para os entrevistados, a maior dificuldade encontrada na formação inicial diz respeito ao espaço físico, instalações, equipamentos e quantidade elevada de alunos em sala de aula. Os entrevistados alegam ter um número elevado de alunos em formação inicial e profissionais antigos que participam de cursos de qualificação e desenvolvimento profissional nas instalações da Academia de Formação. Assim sendo, o espaço físico não comporta todo efetivo em curso ao mesmo tempo prejudicando a qualidade de ensino.

A dificuldade maior que nós estamos tendo agora no Centro de Formação é o espaço. Temos um número muito grande do efetivo-aluno em formação, porém a Academia, no momento, não comporta tudo isso, e isso dificulta nosso trabalho, porque, às vezes, é muita gente dentro da sala de aula, e são muitas perguntas. Lá, na verdade, a gente não consegue suprir todas as perguntas que o guarda faz. Eu acho que a dificuldade está com o efetivo maior aqui; se a gente tivesse menos guardas aqui em curso, a gente poderia dar uma qualidade melhor de ensino. (Agente-2)

Outras dificuldades apontadas dizem respeito à intensificação do trabalho dos instrutores e às condições de planejamento e organização deste trabalho que ainda são insuficientes:

As grandes dificuldades é que a nossa Escola, apesar de ela ter um charme, eu tenho orgulho de fazer parte da Academia de Formação, de ser lotado na Academia de Formação; você não sabe o tamanho disso, você não sabe o tanto que eu tenho orgulho de estar lá; quanto às nossas acomodações, elas já estão sendo insuficientes para contemplar o nosso público interno, porque não é só a Formação, né, nós temos a Capacitação Continuada também. Eu penso, então, que a Academia de Formação precisa de uma expansão; a gente precisa também de um ganho técnico por parte do profissional que está ali na Academia de Formação, tanto na questão administrativa, né, pois são muitas funções administrativas ali na escola; é questão de avaliação, de planejamento, sabe, nós temos problema sérios com planejamento, uma vez que nossas demandas surgem sempre assim para ontem. Então isso precisa ser mais bem trabalhado! Quanto ao perfil do Instrutor, eu já falei muito aqui, estou sendo repetitivo, mas, sabe, é necessário qualificação, sabe!? A gente precisa adotar procedimento de escola; é o planejamento anual de ensino, a gente precisa disso! Eu preciso começar o mês sabendo o que vou ter de curso, quem vai vir dar aula naquele mês. (Agente 3)

Três dos entrevistados salientam que o currículo da Formação Inicial está adequado para formar o profissional para o ingresso na carreira, não necessitando de maior carga horária para Formação. Em entrevista, o Agente-1 ainda nos informa que, depois de formados, estes profissionais voltarão para a Academia de Formação em datas posteriores para cursos de aperfeiçoamento e qualificação profissional. Porém, os outros seis entrevistados acreditam que o período de curso na formação inicial poderia ter maior carga horária, desafogando a considerada pequena carga dentro de cada disciplina.

Eu acho a grade, ela tem as matérias necessárias, porém está muito enxuta, por conta da carga horária que tem que ser baseada na SENASP. Eu acho que a gente poderia, com esse conteúdo, com maior tempo de duração, a gente poderia desmembrar melhor o conhecimento dentro dessa matéria e não fazer assim tão acelerado. Poderia ser maior. (Agente 2)

O agente 3 salienta que, além de uma maior carga horária para a Formação Inicial dos profissionais ingressantes, ele, ainda, sente falta dos cenários lúdicos de atividade profissional, método utilizado para trazer parte da ação real vivida no cotidiano dos guardas civis na execução de suas atividades do dia a dia.

Eu acredito que deveria ter mais simulações, teve uma época em que tínhamos mais liberdade de criar cenários de aplicação real; um exemplo, teve uma época em que se juntaram Educação Física, Técnicas Operacionais e Direito. Fazíamos uma simulação em que havia uma abordagem e, depois, uma condução no DP, ou seja, um teatro. Isso foi de muita valia, isso, hoje, não temos aqui, cada um faz a Educação Física, tem o seu TO, tem o Tiro, tem Direitos Humanos, ordem unida, separada. não tem, mais, essa multidisciplinaridade. E o teatro? Eu acho que isso seria importante, porque o policial, ele vai para a rua, o guarda civil, ele vai para a rua, é teatro, só que lá é real. Se nós não dermos a mínima amostragem para ele aqui, ele vai pra rua sem saber o que vai fazer, tem que saber o que vai fazer, como funciona apresentar uma ocorrência no DP, como funciona a mediação de conflito entre vizinhos, a mediação de conflito com pessoas, por exemplo, que está hoje na região do Centro da cidade, ele tem que saber da parte psicológica, a parte da fala pra tirar um pouquinho desse receio, desse medo que ele tem de apresentar uma ocorrência, como funciona, o que eu devo fazer, porque a teoria é uma coisa, prática efetiva é outra. Deveríamos ter esse teatro. (Agente 3)

Quando questionados se o curso oferecido está alinhado às necessidades do trabalho cotidiano dos guardas civis, parte dos entrevistados converge para responder afirmativamente:

Sim, acredito que o nosso plano de aula, ele segue os ritos para que o guarda vá trabalhar lá fora de forma adequada, porém, quando o Guarda sai daqui e vai para a base, ele tem muita... Ele vai ter dificuldades do cotidiano, ele vai ter a dificuldade da rotina, né, então isso segue para ele de uma forma mais... como que eu vou dizer... Ele vai ter os medos os desafios dele dentro da base, porque, lá, ele vai ter outra rotina... A rotina dele no Curso de Formação é uma, e a rotina no trabalho no dia a dia vai ser outra, ele vai lidar com pessoas diferentes que já estão... como que eu vou dizer... mais calcificado no trabalho, (o guarda) conhece e se desenvolve melhor, tem maior destreza, e ele ainda não, então com o tempo ele vai se tornar um guarda como os outros, né!? (Agente 2)

Finalmente, quando solicitados a apresentar recomendações para a melhoria do curso de formação inicial, os agentes afirmam que é necessário ter um espaço mais amplo e de qualidade melhor para o desenvolvimento das disciplinas. As salas de aula e o pátio, em que se desenvolvem aulas práticas, são considerados pequenos e não contam com a qualidade desejada. Eles também recomendam atenção à insuficiência de equipamentos considerando o quantitativo de alunos que usufruem dos serviços de formação ali desenvolvidos. Tal aspecto está diretamente relacionado, na visão dos agentes, à ampliação do orçamento para as atividades de formação.

Aqui nós deveríamos ter mais espaço. Na verdade, o espaço, para nós, é o ideal, mas, se tivéssemos mais espaço, com certeza a nossa Formação seria bem melhor. A questão tecnológica também; mudou-se um pouco, mas poderia estar melhor, pois deveríamos ter muito mais materiais, e não é só na minha matéria, na minha matéria falta muito, muita coisa, poderia estar muito à frente, mas também nas outras matérias; Tiro deveria ter um espaço muito maior na questão das aulas, Técnicas Operacionais também; podemos observar que são mais materiais mesmo. (Agente 3) Vou falar dentro da minha disciplina. Dentro da minha disciplina, eu acho que poderiam estar modernizando a academia de musculação, equipamentos mais novos, equipamentos mais atuais, a nossa pista de corrida ser uma pista mais lisa, uma pista mais... Nós só temos o pátio, que é que uma parte mais lisa, mais plana, eu acho que seria perfeito se a pista nossa aqui tivesse mais condições, uma estrutura mais lisinha, mais tranquila para os alunos poderem correr, desenvolver as atividades; e a modernização dos nossos equipamentos. (Agente 4)

Os entrevistados também verbalizam a necessidade de se melhorar as condições de trabalho, além da possibilidade de Formação Continuada dos Instrutores. Esse tema foi apresentado, nas respostas, de modo articulado a aspectos relacionados à organização pedagógica dos cursos:

Eu fico abismada com o que a Academia de Formação faz; eu falo isso efetivamente, e os Instrutores que vêm aqui, eles conseguem dar o melhor com o que tem, porque é algo histórico na Guarda, ter um concurso e chamar todo mundo no concurso, é algo histórico. Então, todo mundo aqui está dando o sangue, tem gente que está entrando aqui às 7 da manhã para dar aula, e está ficando até o último aluno sair, que são 8 e meia da noite. Eles estão dando o sangue para tudo sair de melhor com o que têm. O efetivo da segurança da noite da Academia de Formação está de parabéns, porque eu faço DEAC e vejo o quanto eles se dedicam, porque, tipo, tem uns 400 alunos saindo daqui às 20h30min da noite, e eles saem daqui cansados, loucos para ir para casa. Muitos moram muito longe, tem gente morando em São Bernardo, tem gente morando na Zona Sul, são três horas até chegar em casa, e eles saem daqui tudo uns afobadinhos, e a preocupação do serviço de segurança noturno para que ocorra tudo da melhor forma, que ninguém seja atropelado, que não aconteça nada com eles. (Agente 1)

Os entrevistados apontam também a necessidade de alcançar formas de certificação que sejam reconhecidas pelo Ministério da Educação e/ou por outros órgãos reguladores do sistema de educação do país. Sinalizam, ainda, a necessidade da ampliação de parcerias com instituições públicas e privadas para a oferta ampliada de cursos e para a troca de experiências.

3. Considerações Finais

A Academia de Formação em Segurança Urbana, da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo ocupa lugar estratégico no processo de iniciação profissional e formação continuada dos agentes da maior corporação deste tipo no país. Compreender quais são suas principais características institucionais, analisar seu portfólio de atividades formativas, mensurar o impacto dessas atividades no desenvolvimento profissional e na ampliação das capacidades individuais e coletivas dos guardas civis metropolitanos é uma agenda de pesquisa incontornável no campo das políticas de segurança urbana. Neste artigo, objetivou-se trazer resultados de uma investigação vinculada a essa agenda de pesquisa.

As evidências coletadas permitem afirmar que, na percepção dos instrutores que atuam na AFSU, a proposta curricular do curso de Formação Inicial é bem estruturada e admite flexibilidade razoável para ajustar-se às conjunturas e momentos específicos em que a Formação acontece. Os instrutores declaram, ainda, que os alunos demonstram satisfação com a formação recebida, mesmo que haja variação desse grau de satisfação entre o início e o final do curso de Formação Inicial. Ao mesmo tempo, os instrutores assinalam que a estrutura curricular poderia permitir a extensão de carga horária para determinados conteúdos e aprendizagens, e que a modelagem do currículo poderia caminhar para uma perspectiva mais multidisciplinar.

Sobre os efeitos ou resultados para os alunos cursistas, os instrutores assinalam que o programa está bastante alinhado às necessidades básicas de Formação Inicial e situações que serão vivenciadas pelos agentes no exercício da profissão. Argumentam, ainda, que os alunos que se destacam durante o processo formativo tendem, também, a se destacar no exercício da profissão.

Os agentes entrevistados assinalam que a formação inicial é o primeiro e mais importante momento de construção da identidade profissional dos guardas civis metropolitanos. É o momento em que eles deixam de ser paisanos (na linguagem dos Instrutores, aquele que ainda não constituiu uma identidade como profissional da segurança pública), adquirindo conhecimentos técnicos, valores, atitudes, comportamentos, linguagem e modos de se relacionar próprios da corporação.

Os instrutores assinalam que uma recomendação importante para a melhoria contínua do Programa de Formação Inicial é o enfrentamento da hipossuficiência de infraestrutura física e de recursos pedagógicos indispensáveis ao ensino. Eles argumentam que o prédio, as instalações e os equipamentos, hoje disponíveis para o trabalho, ainda não são adequados para promover a melhor qualidade da

formação. Outro aspecto importante para garantir a melhoria contínua da formação é ajustar as condições de trabalho dos agentes: insuficiência de carga horária dedicada ao planejamento das aulas, acúmulo de turmas, rotatividade entre Instrutores, dificuldade de articular o trabalho entre os Instrutores em perspectiva mais voltada à multidisciplinaridade são elementos que merecem atenção nesta dimensão.

Ainda, como recomendações que emergem das entrevistas, os Instrutores sinalizam a necessidade de alcançar formas de certificação mais amplas, com reconhecimento dos órgãos normativos que regulam a educação, como Ministério da Educação e o Conselho Estadual de Educação.

A investigação também permite vislumbrar elementos que devem ser priorizados em pesquisas futuras, dentre as quais destacam-se: o processo de seleção de Instrutores e a constituição do perfil do corpo docente da Academia; a análise do currículo e dos materiais pedagógicos utilizados no curso de formação inicial; a análise das relações entre o Curso de Formação Inicial e os Programas de Formação Continuada desenvolvidos pela AFSU e as percepções dos alunos cursistas sobre os Processos de Formação desenvolvidos pela AFSU.

Referências

- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. Formação da Guarda Municipal: Uma aventura. In: *Dilemas*. 2011, v. 4 n. 4, p 165. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7271>
- BRASIL. *Decreto nº 13.675*, de 11 de junho de 2018. Criação do Sistema Único de Segurança Pública.
- BRASIL. *Decreto nº 9.630*, de 26 de dezembro de 2018. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e dá outras providências.
- BRASIL. *Lei nº 13.022*, de 08 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. PDF. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em:
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/Ministério da Justiça. *Matriz Curricular Nacional Guardas Municipais para a formação em Segurança Pública*. Brasília: 2005.
- ELIAS, Evian. JÁBALI JUNIOR, Paulo. *Formação da Guarda Civil Metropolitana: Face ao Papel do Município na Segurança Urbana*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas – Fundação Getúlio Vargas) São Paulo. 2013 Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FGV_85e23196b4fc9ffc18ec90920c46b2b5.

ALMEIDA, Jeane dos Santos. *O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Campo Operacional da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo: Desafios à Gestão de Pessoas*. Dissertação (Mestrado em Administração – Universidade Metodista de São Paulo). São Bernardo do Campo. 2009.

FENAGUARDAS - Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais. *Número de municípios com guardas municipais crescem no Brasil*. Disponível em: <https://fenaguardas.org.br/numero-de-municipios-com-guardas-municipais-cresce-no-brasil/>

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p.

PIMENTA, Melissa. *A Política Pública de Segurança em Mossoró-Rn: Uma Avaliação de Processo da Implantação da Guarda Civil*. Dissertação. 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_1dc5fc6878c20d4a0279034bf5a7fff6.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento; DIAS, Roberto de Jesus. *Políticas para a formação de guardas civis: notas em torno da experiência do curso de formação inicial da Academia de Formação em Segurança Urbana de São Paulo* In: Anais do 10º CONINTER - CONGRESSO

INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. Anais...Niterói(RJ) Programa de Pós-Graduação em, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437826>

SÃO PAULO (município). Guarda Civil Metropolitana. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/guarda_civil/organizacao/quem_e_quem/index.php?p=31812. Acesso em 28/05/2022

SÃO PAULO (município). *Decreto nº 58.199*, de 18 de abril de 2018.

Reorganização da Secretaria Municipal em Segurança Urbana (SMSU).

SÃO PAULO (município).. *Estrutura Curricular do Curso de Formação Específica de Capacitação para GCM 3ª Classe*. São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (município). *Portaria 274/SMSU/GAB/2012*.

SILVA, Fabian de Souza. *Fatores de Permanência na Carreira Policial: Um Estudo entre os Profissionais da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo*. PDF - Dissertação (Mestrado em Administração – Universidade Metodista de São Paulo). São Bernardo do Campo. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_006aea3eef566a26e67954bf2ee91234.

VARGAS, Joana Domingues e OLIVEIRA JR., Almir. *As Guardas Municipais no Brasil: Um Modelo de Análise*. In: *Dilemas*, 2010, v. 3 n. 7, pp. 85-108. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7201>